

Jornal da Adunicamp



Gratificações: a Adunicamp, na luta pela garantia dos direitos de seus filiados, se reuniu com a reitoria para discutir a questão das incorporações. Veja o resultado das reuniões e confira as medidas a serem tomadas (p.3)

Criminalizados:

Quando os Movimentos Sociais tentam mudar a realidade, se vêm transformados de mocinhos em bandidos. De Dorothy Stang a Dirceu Travesso ninguém é poupado (p.5)



Apoio:

Assembléia da Adunicamp aprova Moção de apoio ao ANDES-SN após professores das Federais de todo o país terem sido impedidos de participar da assembléia de criação de novo Sindicato da categoria (pp. 7 e 8)

Editorial

Liberdades democráticas

A tão falada democracia não cabe quando o que está em jogo são os interesses dos dominantes

Gostaríamos muito de dizer que tudo vai bem, no melhor dos mundos, no estilo de Candide, o otimista idealizado por Voltaire. Mas não podemos ignorar que esta seria uma ilusão injustificada.

Vivemos um momento em que os movimentos sociais - embora sejam louvados por muitos teóricos, jornalistas e políticos - são atacados cotidianamente (Veja-se a matéria da p. 5). Claro que há aqui diferenças. Quando estes movimentos colocam em questão problemas cruciais para o conjunto da sociedade eles são excomungados e criminalizados. Morre-se, ainda hoje, por questões que os países capitalistas, na sua imensa maioria, já resolveram como a da terra, por exemplo.

Movimentos por habitação quando não são feitos dentro da perspectiva imobiliária-mercantil são reprimidos, desalojados, punidos. Essa mesma perspectiva que denunciemos no número passado do nosso jornal atenta contra a Mata Santa Genebra, e, assim procedendo, ataca nossa qualidade de vida, o ar que respiramos, etc.

O movimento sindical, apesar de ser mais tradicional e muitas vezes bastante institucionalizado, também não escapa

dessa criminalização. Três casos emblemáticos: o ataque à sede da Conlutas em São José (ver matéria, p. 6), demissão de Dirceu Travesso e o processo de intervenção do governo federal na questão da organização sindical. Neste último caso, o governo não apenas diz com quem quer negociar, independentemente da vontade das categorias, mas persegue o ANDES-SN estimulando a criação de um sindicato virtual amigo. (ver as reportagens das p. 7 e a nota da assembléia da Adunicamp sobre o assunto, p. 8).

O sistema de ensino superior continua a ser alvo do governo Serra. Está em debate a separação da UNESP e do Centro Paula Souza. Motivos científicos? Pedagógicos? Nada disso, interesses eleitoreiros de quem quer artificialmente fazer uma expansão do sistema de ensino superior para além das medidas que analisamos no nº 1 da Revista Movimento em Debate. Condições de trabalho, salários... nada disso é importante para esses defensores da expansão a qualquer custo e... de preferência sem custos, unindo, assim, o útil ao agradável: para eles é claro. (ver matéria, p. 5)

Quanto ao mais, necessitamos de sua participação que é vital pra melhorarmos mais e mais nossa atuação.

Adunicamp – Associação de Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub
Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e
Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: Editora O Liberal



Desde maio a inflação já comeu 47% do seu reajuste

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail:

imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Erramos

Diferentemente do que foi publicado nas páginas 4 e 5 da edição de agosto do jornal da Adunicamp, o título correto da entrevista é:

"Quando você fala da universidade a população pensa apenas como forma de ascensão, ou seja, ela não pensa como você pode transformar uma série de conhecimentos populares".

Incorporação das Gratificações: Novos passos

A Adunicamp, fazendo valer sua representatividade, continuará solicitando esclarecimentos junto ao DGRH e pleiteando os direitos de todos os seus sindicalizados

A Adunicamp convocou para o último dia 28 de agosto uma reunião com todos os docentes interessados na questão da incorporação de gratificações para avaliar as modificações da Instrução Normativa DGRH nº 001/2007 de 23 de julho de 2007 informadas pela administração central da universidade à diretoria da Adunicamp em 14/08/2008 e formalizadas pela Instrução Normativa DGRH nº 003/2008 de 15 de agosto de 2008.

Durante a reunião, foram levantadas pelos presentes dúvidas referentes a quem teria direito de receber a incorporação e os critérios utilizados pela administração para definir quem foi contemplado com a incorporação. Na mesma reunião foram relatados alguns casos de professores que exerceram funções gratificadas antes de 16 de julho de 1996 (inciso I do Artigo 1º) e/ou a partir de 16 de julho de 1996 (inciso II do Artigo 1º) que não foram contemplados com a incorporação. Outro ponto de discussão foi a incorporação de 20% por ano de função gratificada para aquelas a partir de 16 de julho de 1996 respeitando a expectativa da regra anterior já que se incorporava 100% após 5 anos de função gratificada ou 20% por ano quando da aposentadoria

(Resolução Cruesp-143 de 4/12/96. Outra questão levantada na reunião foi a respeito de quem já incorporou a gratificação ou porque atingiu o mínimo de 5 anos ou porque está aposentado. Quanto a isso esclarecemos que em nenhum momento durante esses quase um ano de discussão com a Reitoria sobre a incorporação foi aventada a hipótese da perda de parte da gratificação incorporada por parte daqueles que exerceram a função gratificada após 16 de julho de 1996.

Diante destes fatos os presentes à reunião propuseram que devemos continuar reivindicando junto à reitoria a incorporação de 20% por ano para aquelas gratificações posteriores a 16 de julho de 1996 e anteriores a 23 de julho de 2007 e que os interessados, principalmente aqueles que tinham a expectativa de incorporação de alguma gratificação e não as tiveram, solicitem junto à DGRH informações sobre a sua situação e que repassem essas informações para a Adunicamp para que o seu departamento jurídico possa analisar caso-a-caso e que sejam tomadas as providências cabíveis.

Assim, cada docente recebeu um modelo de requerimento impresso que também estará disponível no site da Adunicamp com informações de como fazer a solicitação junto à DGRH.

Os fatos

A partir da Resolução Cruesp nº1/2007, de 25/4/2007, e da Instrução Normativa DGRH nº 001/200 (disponível no site: www.adunicamp.org.br), em consonância com os dispositivos previstos na Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 813/96 de 16/6/1996, a Universidade passou a incorporar, anualmente, um décimo da gratificação percebida até o limite de 10/10 décimos (10 anos).

A Unicamp divulgou material no site da DGRH informando os procedimentos para incorporação da gratificação. Comunicava-se aí que devido ao período prescricional as gratificações anteriores a 24/4/2002 não seriam computadas.

Em 3/10/2007, após receber pedidos de esclarecimentos de sindicalizados, a Adunicamp reuniu os interessados com a presença da sua assessoria jurídica para discutir a validade dessas novas regras.

Após estudar os casos individualmente, a assessoria jurídica orientou os interessados que requeressem à DGRH a incorporação das gratificações anteriores a 24/4/2002 e que todos os períodos fossem incorporados à razão de 20% ao ano de gratificação respeitando a expectativa proporcionada pela regra anterior (incorporação de 100% aos cinco anos de gratificação ou de 20% ao ano quando da aposentadoria).

Durante os meses que se seguiram, a diretoria da Adunicamp reuniu-se com o Reitor e/ou seu Chefe de Gabinete para reforçar seus argumentos sobre as incorporações.

Somente em 14/8/2008, a Reitoria comunicou à diretoria da Adunicamp as modificações da Instrução Normativa DGRH nº 01/2007 (www.adunicamp.org.br), de 23/7/2007, publicadas em 15/8/2008 no site da DGRH.

As principais alterações foram:

1. A incorporação de 2/10 por ano de gratificação para aquelas anteriores a 16 de julho de 1996 (data da publicação da Lei Complementar nº 813).

2. A incorporação de 1/10 por ano da gratificação para aquelas posteriores a 16 de julho de 1996.

A Reitoria informou ainda que os valores referentes à incorporação de gratificações, segundo os itens 1 e 2 acima, referentes ao período de agosto/2007 a julho/2008, seriam creditados em folha de pagamento complementar no último dia 15/8/2008.

Com as modificações da Instrução Normativa DGRH nº 001/2007, explicitada na Instrução Normativa DGRH nº003/2008, a Unicamp atendeu somente parte do pleito da Adunicamp (extinção do período prescricional).

Cotas: sim, não, talvez... Próximo número da Revista Movimento em Debate vai discutir medidas afirmativas



Próximo número da Revista Movimento em Debate vai discutir medidas afirmativas.

Quem estiver interessado em contribuir com textos ou arte para o próximo número da revista Movimento em Debate da Adunicamp tem até o dia 15/10/2008 para enviar os arquivos. A idéia

é trabalhar com os diferentes pontos de vista e enfoques que o tema pode ter.

Além disso, quem tiver interesse pelo primeiro número da revista pode solicitar junto ao Departamento de Imprensa da Adunicamp pessoalmente, por e-mail:

imprensa@adunicamp.org.br
ou telefone (19) 3521-2479.

Adunicamp: novo horário

A partir do dia 25/09/2008 o setor de convênios da Adunicamp passa a funcionar, em caráter experimental, às quintas-feiras até às 21 h. Nos demais dias o horário de funcionamento permanecerá inalterado (das 8:30h às 17:00h). Com isso a Adunicamp pretende atender às necessidades dos docentes do período noturno.

Sem mobilização, o CRUESP tem a faca na mão!

"A valorização da vida humana, e a própria sobrevivência dos homens, depende de uma nova ética de coexistência, do respeito absoluto ao outro e da definição de formas conscientemente profundas de solidariedade entre os grupos raciais e as sociedades pluralistas"

(Mohamed Habib: A burrice do preconceito)

Companheiros Professores, de uns tempos para cá, só tem aumentado a necessidade de compreender o porque da redução no número de docentes nas Assembléias da Adunicamp, que alcançaram o ápice de participação nos anos setenta e oitenta e que foi sendo reduzido progressivamente, tornando-se alarmante nas últimas assembléias.

A complexidade das ações políticas pode parecer uma perda de tempo para quem está cada vez mais comprometido com a brutalidade das cobranças acadêmico-administrativas, que impedem até mesmo uma boa qualidade nas relações afetivo-sociais, obsessivamente substituídas por relações virtuais via e-mails. Essa síndrome de hiperindividualismo, tem separado os representantes dos representados, tornando-os primeiros como uma cabeça separada do corpo (Cornélius Castoriades), que virtualmente pode até pensar e falar, porém sem contar com a força de um grupo para exigir seus direitos (do grupo) em negociações.

É por isso que o CRUESP tem tratado o Fórum das Seis como "moleques" (fala de um professor da USP), recusando-se reiterada e desrespeitosamente a marcar as reuniões solicitadas, segurando as planilhas com a arrecadação do ICMS e os índices de comprometimento salariais, negando-se a cumprir propostas registradas por escrito, recusando-se a entregar gravações de nossas reuniões e

afirmando ironicamente que nossas reivindicações já foram atendidas.

Se é assim que os companheiros professores acham que merecem ser tratados: "Passa moleque!"..., basta permanecer nessa apática participação política, nessa síndrome de hiperindividualismo, com prejuízos inclusive na formação da identidade pessoal, blindados contra uma realidade que já comeu boa parte do ilusório "generoso reajuste concedido" ou manipulados por quem tem a faca na mão para cortar como quiser o maior "queijo" das nossas últimas campanhas salariais.

Por outro lado, pode-se até pensar na possibilidade desse comportamento estar servindo de estratégia para buscar outras formas de recuperação salarial, que torna desnecessária a existência de uma representação, que se mantém quixotesicamente negociando com um CRUESP armado com facas afiadas pelo vazio de nossas assembléias.

Os companheiros professores militantes são sempre os mesmos, muitos mantendo a militância até o último suspiro de vida, bravos guerreiros aposentados, como dinossauros em extinção, sempre com a esperança de ver a "cavalaria" chegando, como nos antigos filmes de "bang-bang", um grupo formado por jovens professores, com sangue novo, dispostos a participar e representar nossa comunidade docente.

O CRUESP tem dado prioridade para as pautas específicas, tem dado

mais atenção para funcionários e estudantes do que para os docentes, apesar do professor Macari ter afirmado preconceitosamente na última reunião que quem estuda merece ganhar mais do que quem não estudou; menosprezando os trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar, para fazer dessa conquista um meio de amenizar complexos de inferioridade mal resolvidos e/ou humilhar os considerados ignorantes.

Estamos vivendo numa era, na qual as relações verticais (fundamentadas em concepções religiosas, raciais, políticas ou que diferenciam em superiores e inferiores os cultos e ignorantes) estão sendo subs-

tituídas pelas relações horizontais, nas quais o poder hierarquizado por cargos ou funções é minimizado diante do poder pessoal estruturado numa representação grupal.

Em resumo: - Se vocês não vierem participar em nossas assembléias, nunca poderão contar para seus netos que além de ministrar aulas, orientar alunos e fazer pesquisas, também fizeram parte da História do MOVIMENTO DOCENTE DA UNICAMP.

**Valério José Arantes
é livre-docente da
Faculdade de Educação e
2º Vice-presidente da
Adunicamp**



Ofício enviado pelo Fórum para o Cruesp: por que tanta falta de respeito?

Movimentos sociais: bandidos ou mocinhos?

A criminalização dos movimentos sociais tem se tornado a estratégia fundamental daqueles que querem impedir a transformação da realidade atual

Estão na Constituição os direitos à liberdade de expressão, de manifestação e de organização. Diante disso deveríamos supor que todos aqueles que se unem, de forma organizada para manifestar suas idéias e expressar seus descontentamentos com a realidade brasileira deveriam ser ouvidos e respeitados, correto?

Entre a teoria da lei e a prática dos detentores do poder (legítimo ou ilegítimo, legal ou ilegal) há um grande abismo. O que tem acontecido com a maioria dos movimentos sociais é um total desrespeito não apenas aos direitos humanos, tão calorosamente aclamados por uma grande parcela da população, mas as vezes até mesmo à Constituição.

Ao invés de atenção, multas. Ao invés de negociações, demissões e sindicâncias. Ao invés de respeito, inquéritos, ações judiciais, ameaças, e, muitas vezes, morte.

Não é exagero, somente neste ano todas essas medidas foram tomadas contra quem luta pela melhoria de vida da população brasileira, seja ela trabalhadora

das grandes cidades ou do campo.

Casos

A missionária Dorothy Stang, que defendia a população de uma das áreas mais pobres da região amazônica, teve sua voz calada por chamar a atenção não apenas para os problemas da região, mas também para os interesses daqueles que exercem o controle do local. Este ano, após um longo processo seus executores foram absolvidos pela justiça causando grande comoção para todos aqueles que ainda querem acreditar na justiça.

Mas não é apenas no campo que essas atrocidades têm acontecido. Em agosto a sede da Conlutas em São José dos Campos foi alvo de um atentado a bala quando trabalhadores da construção civil se reuniam para fundar uma associação de ajuda mútua e solidariedade dos trabalhadores. Além de danos materiais e roubo dos documentos da reunião um dos participantes foi atingido por um tiro.

A APEOESP tem sido vítima de ações judiciais que visam desmobilizá-la e teve

sua conta bancária provisoriamente bloqueada em função de multas por realizar manifestações em São Paulo.

Dirceu Travesso, dirigente da Conlutas e militante do movimento dos bancários há décadas, foi demitido do Banco Nossa Caixa, em maio deste ano quando ele lutava contra as demissões e o processo de privatização colocado em curso pelo governador José Serra.

Alunos e funcionários da USP estão sendo chamados a depor em sindicâncias internas depois da greve do ano passado, deflagrada pelos desastrosos Decretos assinados pelo governador de São Paulo que feriram a autonomia universitária conquistada com muita luta na década de 70. Os mesmo funcionários que defendem as universidades públicas, gratuitas e de qualidade têm sido vítimas de inquéritos policiais por sua luta por suas instituições.

Sindicatos e associações de professores e funcionários, como o ANDES, o Conlutas e o Fórum das Seis têm, constantemente,

sido alvos de multas que não têm outra finalidade se não tentar desmobilizar sua organização e enfraquecer sua luta por melhores condições de trabalho.

O mais recente episódio desse processo foi a intervenção governamental na questão da organização sindical dos docentes do ensino superior. O governo diz com quem quer negociar e apoiou a tentativa de destruição do nosso sindicato pela criação de um sindicato virtual. Estaremos disponibilizando na nossa página o pronunciamento da nossa Assembléia.

Diante das lutas dos movimentos sociais vários órgãos da imprensa se manifestam da maneira mais perversa possível: notícia os transtornos causados pela paralisação do trânsito ou pela atendimento em serviços públicos, mostrando os trabalhadores, sindicalistas e entidades, ou seja, os agentes políticos, como baderneiros e bandidos na tentativa de deslegitimar sua luta. Querem fazer crer que somos cidadãos de segunda classe. Não somos, não seremos.

Centro Paula Souza: por que devemos protegê-lo?

Desde que foi criado, em outubro de 1969, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) tem sido um marco no ensino técnico e tecnológico não apenas para o Estado de São Paulo, mas para o país.

A qualidade da educação oferecida pelo Centro permitiu ao longo de sua história a reiteração e acúmulo de prêmios devido aos projetos apresentados por seus alunos.

A partir da criação da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) pela Lei 952, de 31/1/76, o Paula Souza passou a ser vinculado àquela universidade como uma de suas autarquias e a funcionar sob seus estatutos e regimentos, tendo adotado seus princípios administrativos e políticos.

Em 1995, a Unesp aprovou a Resolução 63/95 que definia: "A Unesp exercerá sobre as autarquias vinculadas um sistema de controle didático-científico, administrativo, patrimonial e de resultados". Com isso estava garantida a utilização das mesmas normas de contratação e organização do trabalho que regem a universidade, autônoma

e livre de interferências do Estado.

Mas, como não poderia deixar de ser, uma instituição tão importante quanto o Centro Paula Souza não poderia ser ignorada pelos governantes que não tardaram a bombardear este vínculo, instrumento de proteção, tentando separar o Centro da universidade para submetê-lo aos seus desígnios e interesses.

Nas vezes em que o governo do Estado de São Paulo tentou esta manobra não conseguiu, de fato, concluir sua tarefa. Mas a partir do início da gestão de José Serra à frente do Palácio dos Bandeirantes o problema se intensificou e parte do que mantinha o Centro sob controle da Unesp foi rompida com a transferência dele para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Há anos a lei vem sendo desrespeitada pelos governadores que se negam a fazer os repasses de verbas referentes a reajustes salariais, causando, entre outras coisas um processo indiscriminado de precarização do trabalho de docentes e não docentes

das unidades que compõem o Centro.

A partir de desentendimentos entre a Unesp e o Centro Paula Souza a universidade passou a não mais analisar os processos e a conceder aval para a criação de novas FATECs "*ad referendum*". O governo do Estado, aproveitando-se disso, começou um processo de expansão indiscriminada de vagas em ETEs e FATECs, com objetivos puramente eleitoreiros, ou como forma de ampliar a "reforma" na educação usando o modelo que vem sendo aplicado no ensino superior pelo governo federal. As conseqüências nefastas deste processo podem ser observadas pelas péssimas condições de trabalho, piores salários de toda a região sudeste e diminuição das verbas à medida em que se ampliam as vagas.

Defender o Centro Paula Souza destes ataques significa defender a educação técnica e tecnológica tão importante para o desenvolvimento não apenas do estado, mas de todo o país.

Como surgiu o vínculo:

Assim que a Unesp foi criada, estabeleceu-se legalmente a vinculação e associação do Ceeteps àquela Universidade.

Para que serve:

O objetivo do vínculo com a Unesp foi dar ao Ceeteps um acompanhamento didático-científico, administrativo, patrimonial e de resultados.

Porque devemos defendê-lo:

Se exercido em sua plenitude, o vínculo significa a oportunidade de uma gestão democrática no Centro (Conselho Deliberativo eleito pela comunidade), bem como o fomento à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão em suas fileiras.

A quem interessa o desvinculo

Interessa ao governo, que pretende ter um controle direto sobre o Centro, sem a intermediação da Unesp. Interessa, à iniciativa privada, que espera a quebra do vínculo para colocar as mãos sobre as ETE's e FATEC's.

* Texto extraído da cartilha "Vínculo CEETEPS/UNESP" elaborada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps). Para ler a íntegra deste documento acesse:

<http://www.sinteps.org.br/pdf/Cartilha%20vinculo%20Sinteps.pdf>

Ato nacional contra criminalização dos movimentos reúne 300 pessoas e diversas entidades

Evento também protestou contra atentado armado à sede da Conlutas em São José dos Campos

O plenário lotado da Câmara Municipal de São José dos Campos ficou em silêncio para assistir as primeiras imagens feitas do atentado a tiros à sede da Conlutas, no dia 1º de agosto. As cenas mostraram a violência que atingiu os trabalhadores terceirizados da Petrobras, e que resultou em um trabalhador baleado e patrimônio destruído.

O breve vídeo deu início ao Ato Nacional contra o Banditismo Sindical e a Criminalização dos Movimentos Sociais, realizado na quarta-feira, dia 20, na Câmara Municipal de São José (SP). Participaram cerca de 300 pessoas, representando entidades de vários Estados do país, como Pará, Sergipe, Ceará, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Organizado pela CONLUTAS, o evento contou com a participação da Intersindical, do MTL (Movimento Terra e Liberdade) e de cerca de 60 organizações do país.

Estiveram presentes representantes de diversas entidades nacionais, como ANDES (sindicato nacional de docentes do ensino superior), CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais), FENTEC (Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios), FENAJUFE (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal), FNP (Frente Nacional dos Petroleiros), Fórum das Seis (docentes e trabalhadores da USP, Unicamp e Unesp), MUST (Movimento Urbano Sem-Teto do Pinheirinho), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), ASSAM (Associação de Solidariedade e Ajuda Mútua dos Trabalhadores da Construção Civil de São José dos Campos e região), CONLUTE (Coordenação Nacional dos Estudantes), PSTU, PSOL e dezenas de sindicatos e oposições sindicais.

Mesmo aqueles que não puderam estar presentes, enviaram notas de solidariedade e saudação.

Representatividade

Foi um dos atos mais representativos já realizados na região e o objetivo foi repudiar o ato de banditismo sindical contra a Conlutas, bem como a série de ações que vem se desencadeando em todo o país de criminalização dos movimentos sociais.

Nas falas de todas as entidades e organizações, relatos dos ataques que têm sido desferidos contra a organização e a luta dos trabalhadores em nível nacional. São assassinatos, demissões e perseguições de ativistas sindicais e do movimento social; multas milionárias a ativistas e sindicatos por conta de interditos proibitórios; intervenção do Estado e dos patrões na organização sindical com a criação de sindicatos de fachada; a violência das polícias e criminalização da população pobre. Enfim, diversas ações que têm se tornando cada vez mais frequentes e com caráter cada vez mais violento contra os trabalhadores.

José Vitorio Zago, representante do ANDES, lembrou que o objetivo destes ataques é frear e impedir as lutas dos trabalhadores e disse ter ficado feliz em ver o plenário lotado, numa demonstração de que ali estavam os que não se renderam ao banditismo sindical e à cooptação dos governos. *"Aqui estamos para cerrar fileiras em defesa da classe trabalhadora e contra a criminalização das lutas"*, disse.

A entidade tem sido alvo de um grave ataque do governo Lula e da CUT. Mesmo contra uma decisão judicial, o Ministério do Trabalho suspendeu o registro sindical do ANDES e agora a CUT anuncia a fundação de uma nova entidade nacional, para dividir a base da categoria.

Guilherme Boulos, do MTST, ressaltou o objetivo do ato de cobrir de solidariedade a luta dos trabalhadores terceirizados da Revap, alvo do atentado criminoso promovido pela

CUT, mas lembrou que o fato não é uma ação isolada. *"Hoje, há um processo sistemático de ataques em toda a parte para criminalizar a pobreza e as lutas"*, disse.

"Temos de responder isso à altura, com mais lutas, porque se hoje tentam nos impedir, amanhã o ataque será ainda maior", afirmou. *"Se nos tirarem o direito de lutar, nos não poderemos mais lutar por nenhum outro direito"*, concluiu.

Milson Gomes, o Barba, trabalhador terceirizado da Revap e membro da ASSAM, lembrou que no início da greve de 31 dias realizada pela categoria nos meses de junho e julho, já ficou bem claro que eram os inimigos dos trabalhadores. *"Um deles foi o sindicato da CUT, que sempre se colocou contra a greve. Ficou claro para nós, que eles, a Petrobras, os empreiteiros e o governo Lula, estavam juntos para derrotar os trabalhadores"*, afirmou.

"Nossa Associação não veio pra dividir. Mas pra somar, para defender os trabalhadores que estavam sendo atacados. Não é possível que interditos e outros ataques do governo e dos patrões nos impeçam de fazer panfletagens, protestos, nossas lutas. Que fique bem claro o nosso repúdio. Somos trabalhadores e lutadores, e não vai ser assim que eles irão nos calar", disse.

Nas falas de todos também ficou ressaltado que o ato nacional deste dia 20 é apenas o início de uma grande campanha contra a criminalização dos movimentos e que a mobilização dos trabalhadores deve aumentar.

Para Ana Paula Rosa de Simone, da Intersindical, a melhor forma de responder a esse ataque e todos os demais é nos organizar ainda mais para avançar a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. *"Precisamos construir uma plataforma de lutas e avançar em um calendário unificado de mobilização"*, disse.

Janira Rocha, do MTL, também falou da necessidade de construir a mobilização e uma campanha nacional e internacional que denuncie e

enfrente todos os ataques que estão ocorrendo no país. *"Temos de denunciar para o mundo inteiro essa criminalização e o próximo Fórum Social Mundial será uma boa oportunidade"*, afirmou.

José Maria de Almeida, da Conlutas, lembrou que a maior organização construída pela classe trabalhadora, a CUT, foi destruída como instrumento de luta, pois se tornou parceira dos patrões e foi cooptada pelo governo Lula. Afirmou que o recrudescimento dos ataques às organizações independentes do movimento operário é a tentativa do Estado e das empresas de tirar do caminho todos aqueles que ainda resistem e lutam por direitos e não se deixaram cooptar.

"O que tentam fazer neste momento é destruir todo movimento, para impor a ferro e fogo, os interesses do Capital. Essa é a dimensão do desafio que temos pela frente. Temos de defender nosso direito à organização, à mobilização e à defesa dos interesses dos trabalhadores. Precisamos nacionalizar essa luta. Eles não passarão", concluiu.

Ao final do encontro, os presentes aprovaram um manifesto contra a criminalização dos movimentos sociais e em defesa da livre organização dos trabalhadores. As denúncias e ataques relatados por todos os sindicatos, oposições e entidades presentes também serão incorporadas ao documento. A luta contra os ataques à organização e a luta dos trabalhadores também deverá ser incorporada em todas as campanhas salariais e lutas das categorias a partir deste momento.

Foi definida ainda a realização de um Seminário Nacional, em conjunto com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sobre essa questão da criminalização dos movimentos sociais. O evento deverá ser realizado em Brasília, no mês de outubro.

Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)

Sindicato dos professores das IFES é criado às escuras da categoria

Com forte manobra de obstrução e apoio da CUT o PROIFES consegue maioria na votação e oficializa a fundação do sindicato

A nova entidade que pretende representar os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior foi aprovada em Assembléia Geral (AG) promovida pelo Proifres, no último dia 06/09, no prédio da CUT, em São Paulo, com 595 votos a favor. Mas a criação deste sindicato foi de encontro com qualquer processo democrático que se espera de um órgão que pretende representar toda uma categoria de trabalhadores.

Dentre os docentes que representavam 36 seções sindicais do ANDES-SN, apenas cinco conseguiram passar pelo "cordão de isolamento" - formado por seguranças, credenciadores, burocracia e mudança nas regras - imposto pelo Proifres.

No edital de convocação para assembléia constava como horário de início às 15 horas, mas em momento algum fazia referência à necessidade de credenciamento, nem mesmo de apresentação de documentação específica por parte dos docentes. Somente às 14h40 os presentes foram informados de que precisavam se cadastrar. Com cerca de vinte minutos para credenciar mais de duzentas pessoas começou a caracterizar-se a estratégia para impedir a entrada dos professores ligados ao ANDES-SN, portanto contrários à criação de um novo sindicato que totalizavam duas vezes o número de favoráveis. Os sindicali-

zados ao ANDES-SN que foram à sede da CUT queriam apenas ter o direito democrático de expor sua posição e submetê-la à apreciação da plenária.

A obstrução burocrática do Proifres impôs aos docentes que tiveram acesso à AG constrangimentos pessoais. Como se fossem suspeitos, foram submetidos a revista e tiveram que deixar seus celulares na entrada, para evitar comunicação externa, fotografias e filmagens. Os jornalistas que cobriam o evento, também como forma de garantir que o processo seguiria às claras, não tiveram acesso a plenária, de forma que a criação do



Censura: enquanto jornalistas eram mantidos do lado de fora, o único cinegrafista autorizado a fazer registros era o da casa

sindicato correu na mais completa obscuridade. Um único cinegrafista filmava a entrada dos docentes e posteriormente a AG, mas este fora contratado pelos organizadores do evento.

Cronograma da AG

Às 15 horas em ponto a assembléia geral teve início, com a votação referente à criação do tal sindicato. A falta de clareza se manteve evidente quando após a consulta aos presentes a mesa se preparava para apresentar o item dois da pauta à plenária e foi "lembrada" por um membro de que faltavam os votos por procuração:



Barrados: a burocracia foi o instrumento utilizado para barrar os professores das federais notadamente contrários à criação do novo sindicato

"chamaram os professores que tinham votos por procuração, porém ninguém mostrou ou leu o conteúdo delas", informou Antônio Lisboa, primeiro vice-presidente do ANDES-SN, um dos poucos opositores que conseguiram acesso à assembléia. Em apenas sete minutos a criação do sindicato foi aprovada com 595 votos a favor, 4 contrários e uma abstenção.

O item dois da pauta, conforme o edital, tratava-se da leitura e aprovação do Estatuto, o qual foi aprovado sem sequer ter sido lido. Para finalizar, foi aprovada a diretoria provisória, da qual fazem parte dois membros da direção do Proifres. Após 15 minutos a mesa deu por encerrada a assembléia.

Participação do ANDES-SN

Mesmo impedidos de entrar, os docentes que estavam em frente à CUT e a diretoria do ANDES-SN, fizeram um ato com diversas falas, dentre elas a do presidente Ciro Corrêa, que ressaltou a irregularidade da AG: "Eles obstruíram a entrada de um número de professores pelo menos duas vezes superior ao que já estava lá dentro. Esse tipo de procedimento é absolutamente incompatível com o edital de convocação dessa assembléia, porque fere o direito de manifestação da categoria e, portanto, é irregular",

Após o ato, os 216 docentes contrários à criação da nova entidade

realizaram uma assembléia, na qual reafirmaram a legitimidade do ANDES-SN como único representante da categoria. Foi feita, ainda, uma ata para que fosse registrado o posicionamento dos docentes, a qual foi assinada por todos os docentes presentes.

Além da unanimidade entre os docentes, a representatividade do Sindicato Nacional recebeu apoio da presidente da ADUFF (Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense) Marina Barbosa, do ex-presidente do ANDES-SN, Roberto Leher, do Presidente da CONLUTAS José Maria de Almeida e da estudante da USP e representante do Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes), Camila Lisboa.

Contradição

A maioria dos membros do Proifres ainda está filiada e é representada pelo ANDES-SN, uma vez que apesar de propor a criação de um novo sindicato a mesma não se desvinculou do Sindicato Nacional.



Manifesto: a declaração de que foram impossibilitados de entrar na assembléia devido a coação sofrida foi assinada por centenas de professores



Jogo duro: leões-de-chácara foram contratados para manter a "ordem" durante a assembléia

Nota da Adunicamp sobre os trágicos acontecimentos de 6 de setembro

Assistimos com extrema preocupação os acontecimentos vividos pelo movimento sindical livre e democrático no dia 6 de setembro. Um dia antes daquele em que se proclamava a independência nacional realizou-se o maior atentado contra a independência, a liberdade e a autonomia sindicais. Não foi um processo de desmembramento de base, previsto juridicamente, mas a imposição de uma facção da burocracia sindical atrelada ao governo e à CUT. O que essa farsa promoveu foi a tentativa de destruição do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior.

O ANDES-SN foi criado primeiramente como Associação Nacional de Docentes visto que à época era proibida a constituição de entidades sindicais de servidores públicos. Após a promulgação da Carta Constitucional vigente os filiados à Associação Nacional transformaram-na, por Congresso ampla e democraticamente convocado, em Sindicato Nacional. O processo de registro do ANDES-SN começou em 90. E este sindicato defendeu desde o início os princípios de liberdade e autonomia sindicais, bem como recusou o imposto sindical e qualquer interferência estatal ou patronal na sua vida interna e na sua prática política.

O início dos problemas decorreu exatamente da recusa ao imposto sindical. Sindicatos de professores da rede privada e portadores de Carta Sindical que os autorizava, sem qualquer consulta as bases, representar a categoria docente daquele setor, entraram em questionamento sobre nosso direito à representação. Objetivavam, em princípio, tão somente resguardar o botim do imposto sindical. O ANDES-SN tomou a decisão de nunca questionar judicialmente as formas de representação dos trabalhadores desde que existisse, é claro, trabalho organizativo, por considerar que a decisão de cada

base deveria ser produto dela mesma.

Com o passar do tempo o ANDES-SN tornou-se *persona non grata* no interior da Central Única dos Trabalhadores, central que ele sempre defendera. Consideravam os militantes do ANDES-SN que era legítimo seu direito de manifestação nos fóruns da Central suas discordâncias e suas concordâncias com a política levada a efeito por ela.

Cresceu, e isso é normal, dentro do ANDES-SN um grupo que - legitimamente - discordava das posições congressuais e de diretoria do Sindicato. Disputaram várias eleições ganhando, por exemplo a de 1998, em meio a uma greve nacional quando o candidato da oposição (vitorioso, mas não empossado) acabou com a greve, sem qualquer consulta à base sindical. Terminado seu mandato esse grupo disputou seguidamente eleições não sendo renovado na direção do sindicato. Com a eleição do atual presidente e a nomeação de antigos dirigentes sindicais para cargos da administração nacional fomos assistindo uma progressiva barreira ao ANDES-SN. Este Sindicato, que se desfilou da CUT, produziu ao longo de sua história políticas e análises da mais alta qualidade com teor crítico como convém não apenas a sindicalistas livres e autônomos, mas como pesquisadores qualificados nas diversas áreas de conhecimento.

O ANDES-SN passou a sofrer retaliações que se consumaram quando teve seu registro sindical cancelado ao arripio da lei. Agora além dos setores que exigiam que o Sindicato abandonasse a representação dos docentes das instituições privadas passa a receber o apoio daqueles que perderam sucessivamente as eleições e que sem nenhum processo constitutivo democrático criaram um Fórum de professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). Esta novel entidade baseada na chamada

democracia virtual passa a falar em nome de docentes que eles dizem representar. O governo, de forma facciosa, convida-os para as mesas de negociação para contrapor-se ao ANDES-SN. As críticas da presidência da república ao Sindicato revelavam, desde logo, a intenção de combate a qualquer preço. Some-se a isso o fato de que a proposta de reforma sindical apresentada pelo Fórum Nacional do Trabalho previa a intervenção declarada do governo nos assuntos sindicais. Este processo cristalizou-se na prática do governo de decidir quem era o representante dos trabalhadores sequer levando em consideração a vontade das categorias. O processo dilatatório da resolução do registro sindical é outra forma clara de intervenção.

O que está em jogo não é o desmembramento do ANDES-SN. Trata-se de destruir o Sindicato e com isso indicar publicamente que se exige a maior dependência do movimento sindical à sua vontade imperial. Nunca o sindicato nacional falou em nome de bases a partir do registro sindical que teve e que foi burocrática e politicamente retirado. O debate sobre a questão da forma sindical deve ser feito pelos trabalhadores e não pelo governo. O ANDES-SN não aprova ou recusa a idéia do sindicato único. O que ele condena é a prática da unicidade sindical, ou seja, a imposição por determinação externa às categorias da sua forma.

Dissemos que não se trata de desmembramento, mas de destruição. Primeiro exigem que ele deixe de representar os docentes das instituições privadas. Agora com manobras brutalmente antidemocráticas "cria-se" artificialmente um sindicato das federais "ignorando" mais de duas décadas de luta e de representação do ANDES-SN. E o setor das estaduais? Rompida a unidade sindical dos docentes os companheiros das estaduais estão entregues à sanha dos

respectivos governadores e a história já demonstrou do que estes são capazes. Destrói-se, assim, caso consigam impor sua vontade ao movimento nacional a figura sindical mais original já criada no Brasil: autônoma e democrática, independente de qualquer patronato (público ou privado) e que representa o conjunto da categoria. Vários outros elementos vem sendo articulados para obter tal resultado: desde o sufoco salarial até a exigência de modificação da nossa forma sindical se quisermos garantir o direito de desconto em folha das contribuições sindicais.

Os acontecimentos de 6 de setembro passaram a história como um exemplo típico de brutalidade de uma casta sindical: farsa de credenciamento, revista corporal de professora(s) sob o pretexto da segurança, a presença de bate-estacas (forma típica de direções sindicais antidemocráticas), o impedimento de celulares, gravadores, máquinas fotográficas, a censura à imprensa são reveladores da democracia do novo sindicato.

Não se trata de impor a unicidade sindical em benefício do ANDES-SN. É legítimo, insistimos, o direito de haver modificações na forma de representação desde que isto seja discutido na categoria livremente, que as formas de convocação sejam livres e que não se monte o aparato sindical-policia que se apresentou no antigo Palácio dos Matarazzo, hoje sede da CUT.

Diante disso, a assembléia da Adunicamp conclama a todas as entidades sindicais livres que defendam o princípio de liberdade e autonomia sindical, denunciem a farsa do Proifes-CUT e que expressem sua solidariedade ao ANDES-SN.

Delibera, também, enviar este documento a todas as autoridades nacionais e internacionais como a OIT que atuam nas questões sindicais.